



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL - TO
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS**

SEBASTIÃO GONÇALVES DE ALMEIDA

**O SILENCIAMENTO DA LITERATURA INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS
DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO 3º ANO DO ENSINO
MÉDIO**

**PORTO NACIONAL - TO
2022**

SEBASTIÃO GONÇALVES DE ALMEIDA

**O SILENCIAMENTO DA LITERATURA INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS
DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO 3º ANO DO ENSINO
MÉDIO**

Artigo apresentado a UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, para obtenção do título de Licenciado em Letras, sob orientação da Profa. Dra. Neila Nunes de Souza.

**PORTO NACIONAL - TO
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- A447s Almeida , Sebastião Gonçalves de .
O SILENCIAMENTO DA LITERATURA INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO. / Sebastião Gonçalves de Almeida . – Porto Nacional, TO, 2022.
24 f.
Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, 2022.
Orientadora : Neila Nunes de Souza
1. Silenciamento. 2. Literatura indígena. 3 . Livro didático. 4. Ensino Fundamental ; Ensino Médio.. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dedico o presente trabalho a DEUS razão de todo meu viver. Sem Ele nada seria.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me instruído e me dado forças para enfrentar os obstáculos.

Quero agradecer aos meus pais pela compreensão quando estava ausente.

Desejo agradecer também meus irmãos e amigos que tanto contribuíram.

Aos professores pela dedicação e desempenho prestado com êxito e em especial a minha orientadora Neila Nunes de Souza, que me acolheu e me guiou, e me mostrou que eu era capaz de vencer essa etapa.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte dessa trajetória, o meu muito obrigado.

RESUMO

A questão do indígena foi negligenciada na história do Brasil. Os indígenas eram vistos como do passado e que sua sobrevivência, quando admitida, era apenas física, já que esses povos deveriam ser integrados a sociedade nacional. A produção textual apresenta-se como objetivo geral analisar a Literatura Indígena nos livros didáticos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio no colégio Professor Florêncio Aires na cidade de Porto Nacional- TO. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva bibliográfica. Para que os estudantes brasileiros da educação básica tivessem conhecimento das histórias e culturas indígenas, foi promulgada a Lei nº 11.645. A referida lei modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tornando obrigatório incluir na grade curricular oficial de toda a rede de ensino da educação básica a temática história e cultura afro-brasileira e indígena. Com essa lei, os livros didáticos enfatizaram com maior valor o papel do indígena na história do Brasil, dando destaque a sua atuação, sua história e cultura, porém ainda estão distantes de apresentar modificações profundas como almejam os povos indígenas.

Palavras-chave: Silenciamento; Literatura indígena; Livro didático; Ensino Fundamental; Ensino Médio.

Abstract

The study of the indigenous question has been neglected in the history of Brazil. Indigenous peoples were seen as belonging to the past and that their survival, when admitted, was only physical, since these peoples should be integrated into national society. The textual production presents itself as a general objective to analyze the Indigenous Literature in the textbooks of the 9th year of Elementary School and the 3rd year of High School at Professor Florêncio Aires College in the city of Porto Nacional-TO. This is a qualitative descriptive bibliographic research. In order for Brazilian students of basic education to have knowledge of indigenous histories and cultures, Law nº 11,645 was enacted. This law modified the National Education Guidelines and Bases Laws, making it mandatory to include Afro- Brazilian and indigenous history and culture in the official curriculum of the entire basic education teaching network. With this law, textbooks emphasized with greater value the role of the Indian in the history of Brazil, highlighting their performance by highlighting their history and culture, but they are still far from presenting profound changes as the indigenous peoples aim for.

Keywords: Muting; Indigenous Literature; Textbook. Elementary; School. High school.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	CONHECENDO A ESCOLA CEM FLORÊNCIO AÍRES	10
2.1	Aspectos históricos sobre a questão indígena no Brasil.....	11
2.2	Análise da literatura indígena nos livros didáticos do 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio	14
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
	REFERÊNCIAS.....	22

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata do silenciamento da Literatura Indígena nos livros didáticos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, buscando compreender como aparece a questão da literatura indígena nesses materiais.

A produção textual apresenta-se como objetivo geral em analisar a Literatura Indígena nos livros didáticos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. E como objetivos específicos compreender como aparece a questão da literatura indígena no livro didático do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio e fazer um comparativo do que consta da literatura indígena no último ano do ensino fundamental e no último ano do ensino médio.

O Ensino da literatura indígena e sua abordagem tradicional são frequentes nas instituições de ensino do Brasil. Os povos indígenas eram abordados nas aulas a partir de uma perspectiva eurocêntrica, os professores reproduziam as tacanhas histórias indígenas presentes nos livros didáticos. Nestes manuais que são os livros didáticos, os indígenas eram abordados a partir do início da colonização, onde demonstrava seu caráter exótico e submisso, sujeito passivo que foi escravizado sem nenhuma dificuldade. Essa visão está presente nos livros didáticos.

O estudo reflete um dos possíveis impactos da promulgação da Lei 11.645/08, as mudanças ocorridas ou não nos livros didáticos. Para tal realiza-se um levantamento em coleções didáticas, à promulgação da referida Lei. Analisa-se uma coleção do Ensino Fundamental e uma do Ensino Médio.

Por conseguinte, surge o questionamento da pesquisa: Como a literatura indígena é retratada nos livros didáticos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio?

Dessa forma, justifica-se a escolha do tema reportando á minha infância na escola que vivi, onde percebi que só falava do indígena com a proximidade da data comemorativa que seria 19 de abril e as atividades eram pintar ou fazer um cocar. As crianças traziam de casa penas de aves geralmente de galinhas para a confecção desse material, depois colavam em uma tira de papel cartão e por último colocava na cabeça da criança e ela ia cantando e fazendo gestos conforme a música.

Devido ao indígena ser uma das principais peças em obras de autores brasileiros do romantismo, como as de José de Alencar, mantém em si uma carga histórica e

cultural que foi interpretada por muitos pontos de vista distintos nos documentos literários que chegaram a nós, a partir dos séculos do descobrimento do Brasil.

A partir da vivência percebi a necessidade de refletir outros aspectos da cultura indígena e sua valorização na escola começando pela questão abordada através do livro didático.

Diante dos fatos supracitados, pensar a Literatura Indígena nos livros didáticos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio é buscar uma reflexão de como estes assuntos estão implantados no livros didático e atribuir soluções para que estas questões tenha uma discussão pautada em defesas dos direitos dos povos indígenas. Incluir a literatura indígena nos livros didáticos foi um avanço, visto que as escolas públicas brasileiras, quase todas, recebem esse material. Daí a oportunidade de problematizar as versões dos fatos já veiculados nesse instrumento pedagógico, romper com reproduções estereotipadas, reconstruir concepções e a cristalização delas. Conhecer outras narrativas da mesma história, outros povos e outras culturas, a ancestralidade do povo brasileiro.

Em relação à utilização de obras literárias que abordem a temática indígena.

[...] dependendo da sensibilidade dos professores que delas fizerem uso, pode se constituir em valioso recurso pedagógico para atrair a atenção, a curiosidade dos alunos e, conseqüentemente, motivá-los a refletir sobre suas visões antes e depois de conhecer as obras sugeridas (SILVA; COSTA, 2018, p. 140).

Conforme Kaká Werá (2017), a incorporação desses povos em nossos livros didáticos na condição de sujeitos históricos e não de vítimas passivas ou de selvagens rebeldes, como sempre foi feita, não é questão de favor que a sociedade deve lhes prestar. Ainda continuando com Kaká Werá (2017), não se trata apenas do cumprimento da Lei 11.645/08, mas da compreensão de que o silêncio da história acerca desses povos deve ser rompido, pois do contrário estamos alimentando o desconhecimento que tem gerado equívocos, desrespeito, preconceitos, exclusões, omissões.

Deste modo, o texto está dividido em três partes, a primeira retratamos na introdução a importância do tema escolhido, os objetivos, o problema da pesquisa, na segunda parte os conceitos trabalhados e explorados no decorrer da pesquisa, tratamos da questão da Lei 11.645/2008 que traz a obrigatoriedade da literatura indígena nos

livros didáticos procurando entender o que os pesquisadores têm discutido sobre a temática e por último as considerações finais.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva bibliográfica que se debruçará em um estudo de dois livros coletados na escola e que são utilizados no ano de 2022 na escola Estadual Professor Cem Florêncio Aires, sendo um livro do 9º ano do Ensino Fundamental cujo título é a *História Afro-Brasileira e Indígena* seus escritores Flávio Berutti, Ariele Souza e Fábio Leão e do 3º ano do Ensino Médio com o livro *Multiversos de Língua Portuguesa* cujos escritores são Maria Tereza Arruda Campos e Lucas K. Sanches Oda, no que tange à literatura indígena.

O caminho traçado, para realização deste estudo, se propõe alcançar os objetivos propostos, pelos pressupostos teóricos e suas abordagens metodológicas de estudos que proporcionem a análise cuidadosa dos conteúdos dos livros do 9º ano do Ensino Fundamental a *História Afro-Brasileira e Indígena* e do 3º ano do Ensino Médio com o livro *Multiversos de Língua Portuguesa* no que tange a literatura indígena.

Por fim, faz-se as considerações finais sintetizando os elementos discutidos, o nosso ponto de vista e as contribuições que o estudo traz para o aprendizado como futuro professor de Letras.

2 CONHECENDO A ESCOLA CEM FLORÊNCIO AÍRES

A unidade escolar foi criada pela lei nº 644, de 06/01/1994, para Centro de Ensino Médio Prof. Florêncio Aires. O terreno da escola, com área de 250.000m², foi doado pela Prefeitura Municipal, através da Lei nº 54 de 21/07/1948.

O CEM Professor Florêncio Aires no ano de 2022 tinha 500 alunos matriculados, atendendo em três períodos distintos e horário de funcionamento. São oferecidas as seguintes etapas da Educação básica: II fase do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, que funciona no período matutino das 7h às 11h25 e vespertino das 13h às 17h25. Ensino Médio Básico- das 7h. as 11h25 e EJA- Educação de Jovens e adultos- 3º segmento no noturno das 19h às 22h30 min.

A escola conta com quatro professores efetivos Licenciados em Letras. O Colégio CEM está localizado na cidade de Porto Nacional na rua 01, quadra 10 no setor Jardim Brasília.

A cidade de Porto Nacional é uma cidade histórica com cinquenta e três mil e trezentos e dezesseis habitantes, segundo dados do IBGE/2020. Dista 52 km de Palmas e é considerada o berço da cultura do Tocantins. Tombado como patrimônio histórico cultural nacional, parte do conjunto arquitetônico reflete o antigo e o moderno, abrigando ruas estreitas e casarões coloniais, que dividem espaço com prédios arrojados de arquitetura contemporânea.

Dessa forma, a história da escola é fundamental para essa reflexão. Para isso, foi necessário uma leitura minuciosa sobre o Projeto Político- PPP do Centro de Ensino Médio professor Florêncio Aires, por sua vez é o documento orientador que define a identidade da escola, as diretrizes, os objetivos e as metas a serem alcançadas, por meio das ações que contempla as reais necessidades da gestão escolar, com base nas demandas dos estudantes, pais, professores e demais servidores, com foco na melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem.

Por meio do PPP a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho em conjunto, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos e metas estabelecidos.

Segundo os professores da referida escola, para a aquisição dos livros didáticos passam por um processo democrático de escolha, com base no guia de livros didáticos, os professores analisam e escolhem as obras que serão utilizadas pelos alunos em sua escola. É o ideal, mas nem sempre é assim.

Não basta indicar a leitura, é preciso acompanhar o processo, propor atividades que contradigam as imagens estereotipadas. “Os alunos, se bem estimulados por professores preparados para lidar com a diversidade étnica e cultural, poderão educar os

olhares e a sensibilidade para perceberem detalhes, nuances e indícios na compreensão das histórias e das culturas indígenas” (SILVA; COSTA; 2018, p. 141).

Silva e Costa (2018, p. 121-122) alertam que os “professores devem estar atentos à utilização de obras literárias que não sirvam apenas à introdução ou leitura de determinado assunto, pois isso empobreceria as maneiras como a linguagem pode ser aproveitada em sala de aula”. O texto literário é rico em saberes, basta explorar com as ferramentas adequadas.

2.1 Aspectos históricos sobre a questão indígena no Brasil

Os povos indígenas são os habitantes originários do território brasileiro e estavam presentes no Brasil antes da chegada dos europeus, no final do século XV. Existe uma grande diversidade de povos indígenas no Brasil, e a população indígena, segundo critérios do Censo de 2019, é de aproximadamente 896,9 mil, de 305 etnias ou povos e falantes 274 línguas indígenas. Percebe-se que muito da cultura inerente a esse povo se perdeu. Ao percorrer os livros da história vamos lembrar do momento em que os portugueses chegaram ao País, invadindo os territórios indígenas, com consequente choque étnico cultural, além de tentativas de catequizar, evangelizar, para posteriormente empregá-los em trabalhos escravos, e trabalhos de garimpo. Dentre vários desrespeitos, cita-se as maiores perdas: as linguagens e idiomas próprios, crenças e rituais.

A cultura indígena engloba a língua, a organização social e política, seus rituais, seus mitos, arte, habitação, cosmologia e forma de relacionar-se com o meio ambiente. A língua Tupi originou-se da língua Tupinambá, que foi incorporada pelos colonizadores e missionários, sendo adotada como Língua Geral do Brasil. O guarani é falado ainda nos dias de hoje pelos povos guarani, guarani-kaiowá, guarani-ñhandeva e guarani-m'byá.

Os indígenas brasileiros ainda compartilham 150 línguas e dialetos e parte do repertório que já foi incorporado pela Língua Portuguesa, como mandioca, Curitiba, Aquidauana, Iguaçu, tapioca, entre outros. Antes da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral havia pelo menos mil povos/etnias. Mantendo sua língua, seus costumes e organização social, os povos indígenas do Brasil são denominados nações e não tribos, uma denominação popularesca e incorreta. Há semelhanças entre os muitos povos, mas as diferenças sobressaem (BRASIL, 2012).

Com o aporte dos Portugueses, vislumbrou-se o óbvio choque étnico e cultural, principalmente a partir do início da expropriação e invasão das terras indígenas e, sobretudo da violência praticada nas estruturas socioculturais destas populações, justificado pelo discurso civilizador (BRASIL, 2012).

Conforme Cunha (2017) no Brasil, as primeiras populações indígenas a sofrer este processo de contato com o não indígena são os grupos de origem Tupi Guarani que viviam

ao longo do litoral nas regiões brasileiras do Nordeste, Sudeste e do Sul.

Ainda conforme Cunha (2017), com o decorrer da colonização para o interior do país os avanços foram mais violentos. As expedições bandeirantes buscavam localizar riquezas minerais como ouro e pedras preciosas. Os resultados foram milhares de indígenas envolvidos em conflitos com os nominados colonizadores à época. Ademais, a demanda de pessoas para trabalhos pesados fez aparecer um comércio para os bandeirantes que organizavam as outras expedições com vista a captura de indígenas para o trabalho escravo. Entretanto tal captura não ocorreu de forma pacífica, visto que a história conta que a Coroa Portuguesa iniciou uma verdadeira caçada e guerra aos índios. “Por volta de 1750 a escravidão indígena foi abolida pela Coroa Portuguesa, que contraditoriamente começou a estimular o tráfico de escravos africanos”. (CUNHA, p.26, 2017).

O território brasileiro aparece nos anais da história como a descoberta, pelos portugueses. Todavia variados povos nativos já habitavam todas as extensões do continente americano desde tempos passados, não se sabendo precisar exatamente o ano. Conforme Cunha (2017), oito milhões de pessoas viviam no território americano por volta do ano de 1500.

Diante disso, Prestes (2017) comenta – se quer a primeira legislação que trata de fato sobre a questão indígena foi a lei federal nº 6001 em 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, e representou uma alavanca sob o aspecto jurídico. Entretanto a lei menosprezou e desconsiderou as diferenças culturais dos indígenas, desmerecendo suas tradições e jeito peculiar de vida, já que buscava integrar as comunidades indígenas às populações.

Em 2022 a Fundação Nacional do Indígena (FUNAI) é quem exerce coordenação e quem executa a política indigenista do Governo Brasileiro. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. A Funai está comprometida com o respeito às tradições desses povos nativos, a fim de que seja respeitada a diversidade sociocultural.

A história da Funai coincide com o cenário da Ditadura Militar. Naquele período instalava-se uma reforma na administração do Brasil, havendo interesse pela interiorização do país. Essa expansão territorial colocou às sombras as políticas indigenistas, visto que o governo priorizava naquele momento a construção de estradas, hidrelétricas e a expansão das terras dos ruralistas e da atividade mineradora.

Pensando assim, no ano de 1697, após a extinção do Serviço de Proteção ao Indígena, que a Funai foi criada. A lei responsável é a de n.º 5.371. O SPI foi um órgão do governo, criado no ano de 1910, que cuidava da assistência necessária aos povos indígenas.

Dessa forma, a situação indígena no Brasil passou a ser assegurada com maior

precisão a partir da criação do Estatuto do Indígena. Esse estatuto está vinculado à Lei nº 6.001, que foi promulgada em 1973, e assegura que cabe ao Estado zelar pelos direitos dos povos nativos. Surge então, o regime democrático instaurado no Brasil na década de 1980 representou também um avanço no que diz respeito à política indigenista no país, tornando possível regularizar a situação jurídica dos indígenas. O processo de redemocratização possibilitou também a abertura das discussões, entre a sociedade civil e os próprios povos indígenas, sobre a situação indígena no país. A Constituição de 1988 representou as principais mudanças na política indigenista. Por meio do Artigo 231, os direitos desses povos nativos são preservados, sendo dever do Estado garantir a pluralidade étnica e autonomia dos indígenas.

Em 2009, a Funai sofreu uma reformulação, que atualizou a sua estrutura, visando proporcionar melhoria no atendimento e funcionamento do órgão. A ideia era renovar a maneira como a fundação se relacionava com as comunidades indígenas, possibilitando uma maior e mais eficiente atuação. Isso foi possível por meio do Decreto n.º 7.056/09.

De acordo com a reportagem do site, no ano de 2019, o primeiro sob a presidência de Jair Bolsonaro, o relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), registrou um crescimento inédito das invasões e danos ao patrimônio indígena: foram 256 casos, 135% a mais do que no ano anterior. Além disso, houve 113 assassinatos e o descaso em relação à saúde desses povos no combate à Covid-19. (<https://cimi.org.br/2020/10/ataques-ao-territorio-indigena/>. Acesso 21/11/2022).

Tanto a morosidade nas demarcações quanto a omissão frente aos ataques são produto de ações governamentais explícitas como o desmonte dos órgãos de fiscalização. Refletem, ainda, as posições expressas pelo presidente da República, que desde a campanha eleitoral no ano de 2018, afirmou que não demarcaria nenhum centímetro de terra indígena.

Portanto, tudo que os indígenas conheciam como vida fora desrespeitado, tiveram de abandonar os seus costumes para acatarem a dos portugueses, como na missão dos jesuítas de impor aos indígenas o catolicismo com a intenção de transformá-los em bons cristãos, agregando valores e hábitos europeus. Os indígenas foram dominados, explorados, escravizados, expulsos de suas terras e exterminados pelos portugueses com a única intenção de se fazer lucro no Brasil.

Nessa perspectiva, faz menção refletir sobre a obra de Junio Cesar Alves de Sousa que em sua obra comenta-se que os jovens indígenas passaram a ingressar no ensino superior com o intuito de conquistarem uma carreira profissional, situação que antes não era necessário para suas sobrevivências e de suas famílias. A Universidade

Federal do Tocantins (UFT), campus de Porto Nacional, recebe acadêmicos indígenas provenientes de diversas localidades brasileiras principalmente os alunos da etnia Akwẽ-Xerente que na sua maioria enfrentam diversas dificuldades ao longo de suas vidas acadêmicas, tais como problemas linguísticos, econômicos, educacionais, sociais, gênero, entre outros.

Akwẽ é a língua oficial do povo Akwẽ-Xerente, sendo ela pertencente à família linguística do tronco Macro-Jê. Segundo Sílvia Letícia Gomes da Silva Xerente (2018, p. 387).

A língua Akwẽ pertence à família Jê, que faz parte do Tronco linguístico Macro-Jê. Do ponto de vista sociolinguístico, essa comunidade pode ser considerada como bilíngue, pois a maior parte desse povo faz uso de ambas as línguas, Akwẽ e portuguesa, e dos conhecimentos presentes nesses dois contextos. Há, dentro da reserva, casos de pessoas monolíngues em português, porém são casos isolados.

A língua Akwẽ é ensinada desde a infância nas aldeias, sendo todo o processo de ensino repassado somente de forma oral. Já a língua portuguesa passa a ser ensinada aos indígenas a partir da segunda infância, em escolas de ensino fundamental 1 e 2, implantadas dentro das reservas. Para o ingresso no Ensino Médio, os alunos indígenas se deslocam para as cidades, sobretudo em Tocantínia e Miracema, que são mais próximas das aldeias.

2.2 Análise da literatura indígena nos livros didáticos do 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio

A história da literatura brasileira configura-se a partir das histórias do colonizador. Conforme mostra Lucia Sá (2012) mesmo “as apropriações românticas e modernistas de textos, gêneros literários e visões de mundo indígenas” costumam não deixar espaço para a possibilidade de sobrevivência cultural, como se eles não tivessem sobrevivido, recriado e reinventado a si mesmos “em meio às piores adversidades” (2012, p. 366).

Nos livros, na mídia, na escola, os povos originários foram constantemente estereotipados ou invisibilizados, declarados extintos ou estorvo ao progresso, pertencentes a um passado distante ou atrasados.

A denominação “índio” foi o primeiro nome dado aos habitantes nativos do continente americano. Os portugueses ao chegarem na América pensaram se tratar das Índias, fazendo assim os habitantes desse novo território ganharem o nome de “índio”, e

mesmo após saberem que não estavam nas Índias, e sim em um continente desconhecido, continuaram chamando os nativos de “índios”, o que demonstra uma denominação genérica que expõe a visão dos europeus sobre os nativos, ignorando as diferenças das nações, já que o único intuito era ter um domínio político, econômico e religioso.

A própria palavra índio, lembra-nos Daniel Munduruku (2017) fala de uma categoria genérica, singular, presa ao passado, sem diferenças étnicas e muito menos singularidades pessoais: o índio romântico, o bom selvagem do século XVI, ou o índio preguiçoso que tem terra demais (MUNDURUKU; CERNICCHIARO, 2017, p. 19).

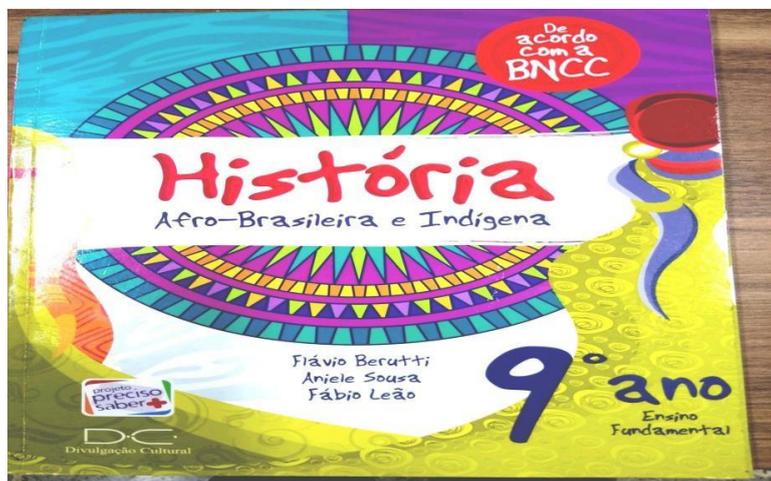
Nas palavras de Kaká Werá:

Constantemente exploradores de minérios, senhores dos agrotóxicos (envenenadores da terra), cultivadores de experiências transgênicas, desmatadores da vida, difundem uma ideia pejorativa, folclórica e negligente de toda uma riqueza imaterial presente no modo de ser e de pensar destes inúmeros povos (WERÁ, 2017, s/p).

Conforme a citação, as atividades em solo indígena só poderão ser realizadas com prévia autorização do Congresso Nacional e mediante consulta às comunidades afetadas. Caberá ao órgão ou entidade responsável pelo estudo prévio solicitar à Fundação Nacional do Indígena (Funai) interlocução com as comunidades indígenas, a fim de que sejam respeitados usos, costumes e tradições dos povos envolvidos. Que por sua vez deve ser assunto a ser refletido com mais frequência no livro didático.

Neste contexto, a escrita do livro do 9º ano do Ensino Fundamental cujo título é a *História Afro-Brasileira e Indígena* aborda capítulos longos que retrata toda questão indígena no país, tornando um ato político, uma forma de recuperar “uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes” (KILOMBA, 2019, p. 27).

Figura 1: Livro didático do 9º Ano do Ensino Fundamental.



Fonte: Prório autor (2022)

Conforme Kilomba (2017) defende que escrever sua própria história é deixar de ser objeto

de conhecimento do outro e tornar-se sujeito de conhecimento.

Essa passagem de objeto a sujeito é o que marca a escrita como um ato político. Além disso, escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e “legitimado/a” e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer foi nomeada. (KILOMBA, 2019, p. 28).

Até pouco tempo os indígenas eram vistos na história do Brasil como povos que desempenharam papéis muito secundários, como se estivessem sempre agindo a partir da necessidade dos colonizadores. Em alguns momentos foram vistos como amigos, em outros como inimigos, como bons e como maus, mas sempre como coadjuvantes.

O que se sabe segundo Souza (2022) que a literatura indígena ainda é muito escassa e sofreu intensas transformações em seu estilo. A dominação europeia acabou deixando de lado os costumes dos nativos brasileiros.

A literatura indígena brasileira desenvolvida a partir da década de 1990 é um dos fenômenos político-culturais mais importantes de nossa esfera pública e se insere nessa dinâmica ampla de ativismo, militância e engajamento de minorias historicamente marginalizadas e invisibilizadas de nossa sociedade, que assumem o protagonismo público, político e cultural enquanto núcleo de sua reafirmação como grupo- comunidade e, em consequência, de enfrentamento dessa situação de exclusão e violência vividas e sofridas.

No caso da literatura indígena, conforme pode-se perceber nas intenções e nos direcionamentos de seus escritores, muitos deles contribuindo com importantes textos para contar à sociedade em geral a história de vida enfrentada por esses povos. Percebe-se isso através do livro didático que é para muitos o único instrumento de informações.

No livro didático do 9º ano do Ensino Fundamental: *A História Afro-Brasileira e Indígena* apresenta através de seus escritos uma forma de manter suas tradições vivas. A educação indígena, assim como a ampliação dos serviços educacionais a esses povos contribuiu para um aprendizado maior e uma alfabetização mais complexa da língua portuguesa.

Dessa forma, temos, atualmente, muitos autores, de descendência indígena, que escrevem livros sobre suas experiências e experiências de seus antepassados. Daniel Munduruku, por exemplo, é um escritor indígena com mais de 40 livros publicados,

muitos “Altamente Recomendáveis” pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). “Escrevo para me manter índio”, disse o escritor em uma sessão da Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2013 (MINUANO, 2013).

A atividade da leitura de variados autores e gêneros textuais tornaria, então, esse consumo enriquecedor para reflexão em torno de si e do outro, posto que as diferentes vivências e suas respectivas equidades promoverão diálogos, reflexões e mudança de comportamento, uma vez que essas leituras agregarão vivências múltiplas, além das já conhecidas. É sabido que o contato com diferentes culturas, possível através do texto literário, impulsiona o leitor a condição de pertencimento, conduzindo-o a perceber o seu papel enquanto sujeito histórico. Assim, é justo que a sociedade tenha acesso a produção literária. É recomendável que haja circulação da diversidade de publicações que são realizadas continuamente de norte a sul do Brasil, entre elas, as produções de escritores e escritoras indígenas. (SOUZA, 2022, p.35).

A afirmação é decisiva para entender o porquê desse tipo de literatura ser importante no processo de ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes em idade escolar. É a forma encontrada pelos indígenas de manter suas tradições mesmo com a grande influência cultural das grandes cidades.

A extinção de muitos grupos indígenas, o preconceito e as dificuldades de acesso a essa cultura são motivos que fazem necessária uma valorização desses estudos. Compreender a cultura dos povos responsáveis pelos primórdios de uma sociedade naturalmente brasileira é um meio para quebrar preconceitos, intolerâncias, adquirir conhecimento e entender os motivos dos nossos atuais hábitos.

Vendo a necessidade de trabalhar a história afro-brasileira e indígena nas escolas o livro didático do 9º Ano do Ensino fundamental aborda a questão da Lei N° 11.645, de 10 de março de 2008, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Com isso, pode-se entender na obra analisada do 9º ano do Ensino a importância de conhecer povos que foram fundamentais para formação social, política e econômica do Brasil. A luta dos negros e povos indígenas no país foi essencial para o desenvolvimento e fortalecimento de nossa cultura.

A exclusão dessa literatura no ambiente escolar é constatada por sua ausência em LD do PNL. Aceitar o apagamento das vozes indígenas e de suas produções literárias, assim como está, é ignorar direitos conquistados, é negar a reescrita da história. Como consequência, a construção da memória social e cultural continuará falha e discriminatória. Os discursos de inclusão das literaturas de margens são incompletos, afinal, a literatura brasileira, assim como as demais manifestações artísticas e culturais, não se constroem apenas com autores brancos ou afro-brasileiros, mas com toda diversidade existente no país. (SOUZA,2022, p.33).

Seguindo essas diretrizes, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) ao selecionar as coleções aprovadas às instituições de ensino, também regulamenta, em seu edital de seleção, que haja a presença da Literatura de autoria e protagonismo indígena, bem como o trabalho de valorização da cultura e história desses povos.

Observa-se que nesse livro didático são comentados os artigos 78 e 79 da referida lei específicos para os povos indígenas. No Art. 78 são asseguradas, dentre as conquistas, o direito à “pesquisa, à educação bilíngue e intercultural com o objetivo de proporcionar aos povos indígenas a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências”. (BRASIL, 2017, p.31).

Conhecer a história do país em que se vive é primordial no ensino fundamental. É papel do professor, portanto, trazer para sala de aula, conteúdos que possibilitem e favoreçam a busca de informações, a curiosidade e o interesse de seus alunos.

Para concluir a análise desse referido livro didático do 9º Ano do Ensino Fundamental faço minha as palavras de Thiél (2012), em sua obra sobre *a Literatura Indígena em destaque*, aponta que as narrativas indígenas enfocam o nativo não mais como apenas um referente, mas como agente de sua própria história. Kambeba (2018), caracteriza essa escrita pelo peso ancestral, identidade, espiritualidade e resistência. Já Munduruku (2018), destaca o caráter oral da literalidade indígena, quando a considera uma afirmação da oralidade.

Os conteúdos que passam a habitar as salas de aula, de acordo com a garantia da lei, envolvem não só os textos indígenas, mas também a história, luta e cultura, ressaltando inclusive suas contribuições em diversos âmbitos da sociedade.

Assim, saímos de um cenário que deixava o indígena em segundo plano, à margem de sua própria história para entrar numa literatura que protagoniza verdadeiramente o indígena, dando autoria ao **eu-lírico narrado**.

Assim sendo, Maria Célia de Souza em seu texto **A (in) visibilidade da literatura indígena em materiais didáticos** comenta.

Assim, é coerente analisar as literaturas das minorias com seu respectivo valor e função que a obra de arte proporciona. Parte da literatura indígena é direcionada à infância, portanto, recomendada para alunos do ensino fundamental, uma vez que é nesse período que a criança tem o primeiro contato com a cultura e história indígena. É importante salientar que as especificidades da cultura indígena também deverão ser respeitadas, uma vez que já estão asseguradas em lei. (p.37).

Escolhe-se, como objeto de estudo o livro didático de *Língua Portuguesa Multiversos* que são destinados aos alunos do 3º ano do Ensino Médio de escolas públicas brasileiras. Esse livro não retrata a questão dos indígenas, o silenciamento da Literatura Indígena é observado nas linhas escritas desse livro.

Figura 1: Livro didático do 3º Ano do Ensino Médio.



Fonte: Prório autor (2022)

Este livro didático nos faz pensar que caímos naquele silenciamento de uma autoria indígena que é rica, mas, mesmo assim, pouco conhecida. Além disso, o livro didático, que deve servir de auxílio ao professor, nem sempre compreende uma diversidade literária que inclua os povos indígenas.

Nesse livro didático se discute muito pouco sobre a questão indígena. Os indígenas executam um papel subsidiário, agindo sempre em função dos interesses alheios. Essa perspectiva apenas referendava a ideia de um contato entre culturas distintas, sendo uma superior a europeia e outra inferior a indígena.

Ficou explícita a tentativa de apagar a cultura indígena durante o período colonial. Entre as várias formas de apagamento, foi a violenta imposição do uso da língua e cultura do colonizador, assim como a proibição de expressão linguística dos povos originários, umas das maiores estratégias para enfraquecer a articulação dos povos indígenas. Todavia, apesar dos prejuízos causados, por sorte, não conseguiram calar de todo suas vozes. (SOUZA, 2022, p.29).

Nesse sentido, percebe-se que este livro didático do 3º ano do Ensino Médio colabora para o silenciamento dessa categoria. Como diz as palavras de Maria Célia de Souza (2022.p.29).

São muitas as inquietações acerca da história indígena, a contada nos livros didáticos, romances e outros escritos, assim como a não contada. Pouco se conhece sobre a história dos povos indígenas brasileiros, anterior à chegada dos europeus. Crê-se que o colonizador estava interessado em outros registros. O que se conhece são deduções a partir de rastros que esses povos deixaram nas cavernas e utensílios utilizados por ele.

Outro ponto percebido, foi a falta da Lei Nº 11.645/2008 que garante a cultura indígena na educação. Essa falta é uma das lacunas no que diz respeito à garantia legal dos povos indígenas na educação, que tanto custou para ser conquistada.

Implementar o “novo” é e será sempre um desafio para a Educação, visto que a simples adição de conteúdo não se configura um caminho eficaz para se alcançar mudanças substanciais. As leis supracitadas reivindicam uma mudança ideológica que vai além do alcance de medidas restritas ao plano da descrição ou da citação de expressões artísticas e culturais “diversas”. (SÁ, 2017, p. 1439-1440).

Dessa forma, o ensino de história indígena, até o ano 2000, estava permeado por um passado etnocêntrico, linear e descontextualizado temporalmente. Os livros didáticos apontam estas limitações assim como as demais formas de ministrar o conteúdo escolar em diferentes níveis escolares.

Embora, as conquistas ainda estão longe do ideal, pequenos avanços foram alcançados ao longo dos anos, como o da inclusão da temática indígena nos livros didáticos garantidos por lei, a qual entrou em vigor em 10 de março de 2008 entrou a Lei Nº 11.645 alterando a Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena”.

Vive-se numa expectativa constante de que um dia esses povos indígenas possam ser vistos pela sociedade como protagonista da própria história do Brasil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme enfatizado no desenvolvimento deste artigo através das pesquisas bibliográficas sobre o silenciamento da literatura indígena nos livros didáticos do 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, compreende-se que os indígenas sempre estiveram na história do Brasil, porém, de maneira superficial, como força de trabalho ou como rebeldes que acabavam vencidos, dominados, escravizados, aculturados ou mortos. Suas ações não eram, absolutamente, consideradas relevantes para a compreensão dos rumos da literatura.

Diante dos fatos supracitados, foi realizada análise de dois livros didáticos de que têm sido utilizados pelo colégio Professor Florêncio Aires nos últimos anos, no que se refere ao conteúdo sobre os povos indígenas. Contudo, tais pesquisas nos auxiliam a entender até que ponto o material didático produzido pelas grandes editoras brasileiras e repassados às escolas pelo MEC, reproduzem versões preconceituosas e distorcidas sobre os indígenas ou, o quanto o novo conteúdo vem sendo modificado a partir da publicação da Lei 11.645/2008. A referida lei entrou em vigor em 10 de março de 2008 incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro brasileira!”.

Contudo, até o ano de 2008, os livros didáticos traziam a temática indígena de forma simplista, fazendo com que os conteúdos não dessem a visibilidade merecida.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTI, AJ, & GEWANDSZNAJDER, F. (2001). **O método nas ciências naturais e sociais—Pesquisa quantitativa e social**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

BERUTTI; FLÁVIO, SOUSA, ARIELE, LEÃO FÁBIO. **História Afro-Brasileira e Indígena**. 2021.

BRASIL. **Decreto Federal nº 7.747, de 05 de junho de 2012**. Institui a política nacional de gestão territorial e ambiental de terras indígenas. Disponível em < http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cggam/pdf/Decreto_7747_%20PNGATI.pdf >. Acesso em 19 set. 2022.

CUNHA, M. C. **Índios no Brasil - História, Direitos e Cidadania** Editora claro enigma. 2017.

GAMBOA, Sílvio Sanchez. **Pesquisa em educação: método e epistemologia/** Sílvio Sanchez Gamboa. 2º ed. – Chapecó: Argos, 2012.

KAMBEBA, M. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: _____. DORRICO, J. DANNER, L. F. CORREIA, H. H. S. DANNER, F. (Orgs.) **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação Rio de Janeiro: Cobogó**, 2019.

MINUANO, Carlos. “**Escrevo para me manter índio**”, diz escritor Daniel Munduruku. UOL, 2013. Disponível em: <http://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2013/09/04/escrevo-para-memantem-ndio-diz-escritor-daniel-munduruku.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

MUNDURUKU, Daniel; CERNICCHIARO, Ana Carolina. **Literatura para desentortar o Brasil. Crítica Cultural, Palhoça**, SC, v. 12, n. 1, p. 15-24, jan. /Jun. 2017. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/5028/pdf. Acesso em: 20 de set.2022.

MUNDURUKU, D. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura: O reencontro da memória. In: _____. DORRICO, J. DANNER, L. F. CORREIA, H. H. S. DANNER, F. (Orgs.) **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

OBA, Lucas Sanches, CAMPOS, Maria Tereza Arruda. **Língua Portuguesa Multiversos**. 2021.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teóricoprática**. 17ª ed. Campinas, São Paulo, 2011.

PRESTES F. S. et al. **A questão indígena no Brasil: um olhar a partir do entrelaçamento entre história e direito.** 2017.

SÁ, Lúcia. **Literaturas da floresta Rio de Janeiro:** Ed. UERJ, 2012.

SÁ, A. P. dos S. **Livros didáticos de literatura e (des) construção de identidades: reflexões acerca das leis federais brasileiras nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.** Simpósio 7 - Ensinar qual língua? Ler qual literatura? Diversidade linguística, letramento literário e Interculturalidade em países de língua portuguesa, 2435-2448. 2017.

SILVA, Giovani José da; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. **Histórias e culturas indígenas na Educação Básica** (1 ed.). Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SOUZA, Maria Célia de. **A (in) visibilidade da literatura indígena em materiais didáticos.** Dissertação (Mestrado em Letras). Programa da Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional (TO), 2022.

SOUSA, Junio Cesar Alves. **Uma interpretação para as dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos indígenas Akwẽ-Xerente no curso de Letras do campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins.** UFT. 2022.

THIÉL, J. C. **Pele silenciosa, pele sonora: A literatura indígena em destaque.** Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2012.

XERENTE, Sílvia Letícia Gomes da Silva. **A língua Akwẽ e a língua portuguesa em contato: ameaça ou enriquecimento linguístico?** Articul. constr. saber., Goiânia, v.3, n.1, p. 378-419, 2018.

WERÁ, Kaká. **Tembetá Rio de Janeiro:** Azougue Editorial, 2017.